

**A VIDA, OS PROPÓSITOS DA NATUREZA E
POR QUE AS COISAS NO MUNDO EXISTEM**

**[LIFE, PURPOSIVENESS OF NATURE
AND WHY DO THE THINGS IN THE WORLD EXIST]**

Cinara Leite Nahra

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Natal, v. 23, n. 41
Maio-Ago. 2016, p. 193-205

Princípios
Revista de filosofia

E-ISSN: 1983-2109



Resumo: O objetivo deste artigo é discutir e clarificar o papel do princípio reflexivo dos propósitos da natureza em Kant. Nossa intenção aqui é mostrar o papel estratégico deste princípio na filosofia de Kant a fim de reconciliar mecanismo e *telos*, causas eficientes e causas finais, dando uma explicação geral para a emergência da vida. Quando começamos a pensar *como se* a natureza tivesse propósitos é possível mesmo dar alguma explicação geral sobre como seres organizados são possíveis. A vida emerge porque a natureza tem um propósito e o propósito da natureza é criar vida (seres organizados), e especialmente criar a vida racional. Mostramos que para Kant devemos pensar *como se* os propósitos da natureza operassem subjacentemente a todo o mecanismo das leis naturais, dando unidade para todas estas leis e ordenando o sistema, mesmo não sendo possível provar isto.

Palavras-chave: Teleologia; Propósitos da natureza; Julgamento reflexivo.

Abstract: The aim of this article is to discuss and clarify the role of the reflective principle of purposiveness of nature in Kant. Here I intend to show the strategic role of this principle in Kant's philosophy in order to reconcile mechanism and *telos*, efficient and final causes, giving a general explanation to the emergence of life. When we begin to think as if nature has purposes, it is even possible to give some kind of general explanation about how organized beings are possible. Life emerges because nature has a purpose and the purpose of nature is to create life (organized beings), and especially, to create rational life. We show that for Kant we must think as if the purposiveness of nature operates underlying the whole mechanism of natural laws, giving unity to all these laws, and putting the system in order, even though it is not possible to prove this.

Keywords: Teleology; Purposiveness of nature; Reflective judgement.

Seriam as causas eficientes na natureza irreconciliáveis com as causas finais? Assim colocado este parece um problema Aristotélico, mas na realidade esta é uma das mais fascinantes discussões da filosofia Kantiana e poderíamos dizer que uma grande parte da coerência e da harmonia do sistema Kantiano depende da resposta que ele dá a este problema.

Kant coloca esta questão na forma de uma antinomia, apresentada não junto com as outras na *Crítica da Razão Pura* (KrV B 434/462/472) mas, ao invés, apresentada no parágrafo 70 da *Crítica do Juízo*, como segue (KU AA 05 386):

Tese: Toda produção de coisas materiais é possível meramente em termos de leis mecânicas

Antítese: Alguma produção de coisas materiais não é possível em termos de meras leis mecânicas

Mas se lermos isto, ao invés, como (KU AA 05 387):

A primeira máxima do julgamento (tese):

“Toda produção de coisas materiais e suas formas deve ser julgada como possível em termos de meras leis mecânicas”

e

A segunda máxima do julgamento (antítese):

“Alguns produtos de natureza material não podem ser julgados como possíveis em termos de leis meramente mecânicas (julgá-los requer uma lei causal diferente, aquela das causas finais)”

então estas máximas são princípios reflexivos para nossa investigação (da natureza) e então eles não estão em contradição. Nós devemos sempre refletir em termos do princípio do mero mecanismo da natureza o máximo que pudermos, mas ao lidar com certas for-

mas naturais, e mesmo com a natureza como um todo, deveríamos refletir em termos de um outro princípio (seguindo a antítese).

Na solução da antinomia acima (KU AA 05 389) Kant diz: “É indubitavelmente certo que o mero mecanismo da natureza não fornece ao nosso poder cognitivo uma base a partir da qual se possa explicar a produção de seres organizados”. Então ele escreve: “O seguinte princípio é inteiramente correto para o julgamento reflexivo, embora apressado e improvável isto seria para o julgamento determinante: que para dar conta da conexão manifesta das coisas em termos de causas finais devemos pensar uma causalidade distinta do mecanismo” (KU AA 05 389). Observe-se que aqui Kant menciona um princípio para o julgamento reflexivo. Mas o que isto significa? Significa que não estamos falando aqui de como as coisas são, mas como elas seriam. Isto significa que não podemos provar que o mundo é de fato assim, mas devemos pensar *como se* o mundo assim fosse.

Mas já não nos disse Kant na *Crítica da Razão Pura* que em relação ao conhecimento nós deveríamos sempre ficar dentro dos limites da razão pura teórica, evitando a posição dogmática de ir além do seu limite e tentando obter conhecimento justificável e demonstrável (*episteme*) aonde é impossível obter isto? Então como Kant pode agora, na *Crítica do Juízo*, falar sobre a possibilidade de admitir que alguns produtos da natureza não são possíveis de ser julgados em termos de meras leis mecânicas?

A resposta para isto está precisamente na distinção entre princípios constitutivos (determinantes) e reflexivos que Kant propõem. Kant menciona esta distinção na primeira introdução da *Crítica do Juízo* (EE KU AA 20 211):

[...] julgamentos podem ser vistos ou como uma mera habilidade para refletir, em termos de um certo princípio, sobre uma apresentação dada para fazer um conceito possível, ou como uma habilidade de determinar um conceito subjacente através de uma dada apresentação empírica. No primeiro caso se trata do poder de julgamento reflexivo e no segundo o poder de julgamento determinante.

Uma explicação mais clara é dada um pouco depois (EE KU AA 20 214) quando ele argumenta que quando o julgamento reflexivo tenta trazer aparências dadas sob conceitos empíricos de coisas naturais determinadas ele lida com elas tecnicamente e não esquematicamente. Em outras palavras ele não lida com eles mecanicamente, como se fosse um instrumento, guiado pelo entendimento e sentidos; lida com eles artisticamente, em termos de um princípio.

Mas que princípio é este? Qual é o princípio do julgamento reflexivo? Kant diz (EE KU AA 20 214) que é o princípio de um arranjo de propósitos na natureza em um sistema, um arranjo feito como se fosse para o benefício de nosso julgamento a fim de termos alguma chance de encontrar nosso caminho neste labirinto que resulta da diversidade de possíveis leis particulares. Portanto, diz Kant, o próprio julgamento faz, a priori, da técnica da natureza um princípio para sua reflexão.

Na introdução da segunda edição da *Crítica do Juízo* Kant explicitamente diz:

[...] o princípio dos propósitos da natureza (na diversidade de suas leis empíricas) é um princípio transcendental [KU AA 05 182] considerando um princípio transcendental [KU AA 05 181] como sendo aquele pelo qual nós pensamos a condição universal a priori sob as quais, sozinhas, as coisas podem se tornar objetos de nossa cognição em geral.

Entretanto Kant observa que o julgamento não pode explicar nem determinar esta técnica em mais detalhes, nem ela tem uma base objetiva do conhecimento das coisas em si.

Ele explica que o princípio do julgamento reflexivo pelo qual nós pensamos a natureza como um sistema em termos de leis empíricas é meramente um princípio para o uso lógico do julgamento. Embora em suas origens seja um princípio transcendental (KU AA 05 214), ele permite a nós apenas olhar a natureza a priori como tendo em sua diversidade a qualidade de um sistema lógico sob leis empíricas. O princípio do próprio julgamento, segundo

Kant, é (KU AA 05 216): *A Natureza por causa do poder de julgamento torna suas leis universais específicas em empíricas, segundo a forma de um sistema lógico*. Ele diz que isto é onde chegamos com o conceito de propósitos da natureza.

A ideia é de fato muito simples: o que Kant está sugerindo é que temos de olhar a natureza como se esta fosse um sistema que tem uma ordem e um propósito. Temos de pensar as leis da natureza como se estas fossem parte de um sistema lógico, e vice-versa, temos de pensar como se a natureza fosse um sistema lógico a partir do qual todas as leis empíricas derivam. Isto nos leva ao conceito de técnica da natureza que Kant define (KU AA 05 219) como a causalidade da natureza em relação à forma que seus produtos têm como propósitos, contrastando com a ideia de mecanismo da natureza (KU AA 05 219) definida por Kant como a causalidade que a natureza tem à medida que ela conecta o diverso sem um conceito delineando o modo desta unificação.

A técnica da natureza, entretanto, é somente uma relação das coisas com o nosso poder de julgamento. Em outras palavras não podemos nunca provar que a natureza trabalha de fato como arte ou técnica, mas temos de pensar como se fosse este o modo que ela opera. Podemos apenas provar que ela trabalha como um mecanismo, mas pensamos, de fato, como se para além de operar como mecanismo a natureza trabalhasse, também, com propósitos.

Pensar a natureza como um mecanismo não é, de fato, contraditório com pensar a natureza como técnica, desde que estejamos olhando para ela a partir de dois pontos de vista diferentes. Quando olhamos para a natureza como um mecanismo estamos olhando para ela de um ponto de vista científico, aonde somente coisas que podem ser provadas ou mostradas podem ser aceitas. A Natureza, de um ponto de vista científico, não é nada mais que um conjunto de leis naturais, um conjunto de objetos e de causas eficientes agindo e produzindo efeitos.

A partir deste ponto de vista não necessitamos pressupor qualquer coisa para além do mecanismo, nem mesmo causas finais,

porque através do mecanismo podemos explicar todos os fenômenos naturais. O que não podemos conceber através do mecanismo, diz Kant, é como são possíveis os seres organizados. Entretanto, diz Kant, ao menos em função do caráter do poder cognitivo temos de olhar o mecanismo como originalmente subordinado a uma causa que age intencionalmente (KU AA 05 422).

Segundo Kant (KU AA 05 418):

É louvável fazer anatomia comparativa e percorrer a vasta criação de seres organizados na natureza a fim de verificar se não podemos descobrir nela algo como um sistema, isto é, em relação ao princípio de sua produção [...]. Então muitos gêneros de animais compartilham um certo esquema comum no qual não apenas sua estrutura óssea, mas também os arranjos de suas outras partes parecem estar baseados: seu esboço básico é admiravelmente simples, mas ainda assim capaz de produzir esta grande diversidade de espécies, diminuindo algumas partes e alargando outras, pela involução de alguns e evolução de outros. Apesar de toda variedade entre estas formas elas parecem ter sido produzidas segundo um arquétipo comum, e esta analogia entre elas reforça nossa suspeita que elas são na realidade aparentadas, produzidas por uma mãe original comum [...]. A partir desta matéria e suas forças governadas por leis mecânicas parece emergir toda a técnica que a natureza revela em seres organizados e que achamos tão além de nossa compreensão que acreditamos que temos de pensar um princípio diferente para dar conta dela

O que Kant parece estar dizendo aqui é que o mero mecanismo não explica como a vida é possível e a fim de dar alguma explicação para isto temos de ir além do mecanismo de pensar a natureza como se tivesse um propósito, exatamente como ele já havia sugerido na preparação para a solução da antinomia no parágrafo 71 da *Crítica do Juízo* (KU AA 05 389). Este tipo de explicação, embora não seja *episteme*, conhecimento demonstrável, preenche ainda um *gap* explicativo que o mero mecanismo não pode preencher.

Quando nós pensamos como se a natureza tivesse um propósito é então possível dar algum tipo de explicação sobre como seres organizados são possíveis. A vida emerge porque a natureza tem um propósito e o propósito da natureza é criar vida (seres orga-

nizados) e, especialmente, criar vida racional. Os propósitos da natureza estão operando de modo invisível delineando o inteiro mecanismo das leis naturais, dando unidade a todas estas leis e ordenando o sistema.

Não há nenhuma prova de que é assim que acontece, mas temos de pensar como se este fosse o caso e esta é a razão pela qual este tipo de julgamento não é determinante, é reflexivo. O princípio do julgamento reflexivo é precisamente a técnica da natureza, isto é, estes propósitos. Aqui não temos nenhum conceito, como a razão pura teórica nos dá, ou nenhuma ideia como a razão prática nos dá, temos apenas uma técnica, um modo de pensar, um modo teleológico de pensar. Não é o caso que tenhamos abandonado a ciência, um conhecimento baseado em justificação, demonstração e causas eficientes, já que este continua sendo o único meio de investigar como as coisas operam. É apenas o caso de que para além da ciência temos de ver um *telos* e um propósito para todo este mecanismo. Devemos olhar este mecanismo para além dele, mesmo que isto não seja ciência, seja arte.

Tendo distinguido julgamento reflexivo e determinante na KU Kant pode agora reconciliar causas eficientes e causas finais (KU AA 05 412):

Aplicados a uma e mesma coisa natural nós não podemos conectar ou reconciliar os princípios mecânico e teleológico, se olharmos para eles como princípios para explicar uma coisa a partir da outra, isto é, se olharmos para eles como princípios constitutivos do julgamento determinante [...]. O princípio então deve estar para além de ambos, mas contendo as bases da natureza. Aqui o princípio que a derivação teleológica e mecânica tem em comum é o suprassensível, o qual devemos olhar como sendo a base da natureza como fenômeno. Mas do suprassensível não podemos, de um ponto de vista teórico, formar nenhum conceito determinado e positivo.

Posteriormente Kant diz (KU AA 05 413) que tudo que podemos fazer é isto: se achamos objetos naturais cuja possibilidade é inconcebível para nós em termos meramente do princípio do mecanis-

mo, então devemos confiar e lançar mão também de princípios teleológicos.

Parece que agora temos a moral da estória: seres vivos para Kant (seres organizados) são um objeto natural e ao mesmo tempo algo impossível de ser explicado em termos de mero mecanismo, então temos de pressupor uma causa teleológica e intencional para explicar seres vivos, ou seja, para explicar... a vida!! Escreve Kant (KU AA 05 413):

Portanto nós mantemos o princípio da teleologia acima, o princípio que em função do caráter do entendimento humano a única causa que pode ser assumida (a fim de dar conta) da possibilidade de seres orgânicos na natureza é uma causa que age intencionalmente, e que o mero mecanismo da natureza não pode ser suficiente para explicar estes produtos da natureza. Mas não estamos tentando usar este princípio para decidir algo sobre como tais coisas são, elas próprias, possíveis.

O que Kant está de fato dizendo aqui é que o único modo de explicar a existência da vida é pressupondo uma causa intencional para isto, embora seja impossível explicar como esta causa opera. Em outras palavras temos de pressupor uma explicação teleológica para a vida, mas não podemos demonstrar ou mostrar como esta opera, como causas finais atuam.

Este “*modus operandi*” em Kant não é novo. Na crítica da razão prática Kant já tinha afirmado que as ideias de liberdade, Deus e imortalidade são postulados. Dizia Kant lá que nós podemos pressupor estas ideias, embora não possamos prova-las. Elas não são dogmas teóricos (KPV AA 05 132), mas pressuposições práticas, não aumentam o conhecimento especulativo, mas conferem realidade objetiva às ideias da razão especulativa e justificam conceitos. Razão teórica e razão prática podem agora ser reconciliadas porque seus domínios são agora distinguidos, e este é o motivo pelo qual Kant afirma agora que Deus, Imortalidade e Liberdade são postulados da razão pura prática. Ao fazer isto ele alarga a razão pura, de um ponto de vista prático, sem ao mesmo tempo

alargar o conhecimento especulativo, exatamente como ele anunciou (KPV AA 05 135). Ao fazer isto ele admite a pressuposição da liberdade positiva, imortalidade e Deus, sem demonstrar a existência destes.

O que ele faz na *Crítica do Juízo* relacionado ao princípio dos propósitos da natureza é algo similar ao que ele fez na *Crítica da Razão Prática* com estas três ideias. A existência de propósitos da natureza não é algo que pode ser provado, e Kant não está alargando o conhecimento especulativo ao propor isto. A existência de propósitos da natureza é algo que temos de pressupor também, não por razões práticas aqui, mas a fim de fazer sentido da própria experiência, fazer sentido da Natureza como um todo.

Se não for pressuposto este *telos* as leis da natureza ainda irão funcionar, mas uma coisa muito importante no universo não estaria explicada... a emergência da vida. A existência da vida ou a existência de seres organizados, para Kant, não pode ser explicada sem o princípio reflexivo dos propósitos da natureza. Novamente é possível fazer a analogia com os postulados da razão prática. Na razão prática Kant diria que estamos autorizados a admitir a existência de Deus, embora não seja possível explicar cientificamente como Deus opera ou mesmo o que Deus é. O mesmo acontece com os propósitos da natureza, sendo impossível descrever como estes operam. Tomando novamente a existência da vida como um paradigma nós temos de pensar como se a natureza como um todo fosse orientada para a vida, mesmo sendo impossível mostrar como ela opera a fim de produzi-la. Escreve Kant (KU AA 05 415):

É, porém, bastante indeterminado, e para nossa razão para sempre indeterminável, o quanto o mecanismo da natureza contribui como meio para cada intenção final na natureza. Além disso, por conta do princípio inteligível acima mencionado para a possibilidade da natureza como tal, nós podemos ainda assumir que a natureza é possível em termos dos dois tipos de leis (leis físicas e leis em termos de causas finais operando em harmonia universal, embora não tenhamos nenhum insight em como isto acontece). Portanto nós também não sabemos o quão longe podemos ir com o tipo de explicação mecânica que é possível para nós. So-

mente isto é certo: não importa o quão longe isto nos levará ainda assim deve ser inadequado para coisas que uma vez reconhecemos como propósitos naturais (*Naturzweck*), tanto que o caráter do nosso entendimento nos força a subordinar todas estas bases mecânicas à um princípio teleológico.

Agora as peças do quebra-cabeça começam a se arranjar. No parágrafo 65 da *Crítica do Juízo* (KU AA 05 374) Kant já tinha definido seres organizados como as coisas consideradas como propósitos naturais. Seres organizados nada mais são do que seres vivos e seres vivos são então um propósito natural. O mero mecanismo não pode explicar propósitos naturais, então o mero mecanismo não pode explicar a emergência de seres vivos, a emergência da vida. Então nosso entendimento nos força a olhar para um princípio teleológico a fim de explicar e entender a vida, e este princípio é o princípio dos propósitos da natureza.

Este poderia ser o final da história, mas ainda não é. Para Kant há ainda uma outra questão, que pode ser colocada apenas se formos além do mero mecanismo, e a questão é (KU AA 05 434) por que existem as coisas no mundo? Chegamos aqui ao conceito de um propósito final (*Endzweck*), isto é, um propósito que não requer nenhum outro propósito como condição de sua possibilidade, os homens são o propósito final da natureza, mas os homens como seres morais, tanto quanto qualquer outro ser racional no mundo (KU AA 05 323). Como disse Kant, agora não podemos perguntar para que fim os homens existem. O homem, mas somente o homem considerado como *noumenon*, homens como morais, como livres no sentido positivo de liberdade, são o propósito final da criação, o propósito final da existência do mundo. Aqui ele pode subjugar toda natureza e pode não se considerar a si mesmo como sujeito a qualquer influência da natureza em oposição a este propósito (KU AA 05 323). Em outras palavras a criação de seres racionais capazes de moralidade é o propósito final do mundo.

Para concluir eu diria que a promessa que Kant fez na KU está cumprida. O imenso abismo que Kant mencionou existir entre o

sensível (natureza) e o suprassensível (liberdade) já não mais existe. Como escreveu Kant (AA 20 176):

Portanto deve ser possível pensar a natureza como sendo tal que as leis em sua forma ao menos se harmonizem com a possibilidade de atingir propósitos que devam ser atingidos na natureza de acordo com as leis da liberdade. Então deve haver uma base unindo o suprassensível que subjaz à natureza e o suprassensível que o conceito de liberdade contém praticamente.

A base que une ambos, natureza e liberdade, é o princípio reflexivo dos propósitos da natureza, um princípio teleológico que não informa sobre como o mundo é, mas descreve o modo que deveríamos pensar que seja o mundo. É como se existisse uma correspondência entre o modo como a nossa mente trabalha e o modo pelo qual as leis da natureza estão conectadas, no sentido que sem estas pressuposições teleológicas as leis da natureza como um todo, a natureza como um todo, não faria sentido para nós.

Um sistema lógico de conceitos empíricos não é nada mais que um *telos* no sistema da natureza, uma ordem no conjunto de leis, uma lei na diversidade das leis. Nós não sabemos se existe, de fato, esta ordem, mas pensamos como se ela existisse, é como se nossa mente fosse capaz de vê-la mesmo se não soubéssemos se este *telos* está lá de fato. Mas se não é assim que o mundo funciona não importa. No final das contas tudo o que importa é que esta hipótese *a priori*, este modo teleológico de explicar o mundo, é capaz de reconciliar causas eficientes e causas finais, ciência e arte, mecanismo e *telos*, e esta é uma visão muito mais bonita e harmônica do mundo do que aquela aonde existe uma barreira intransponível entre estes pares aparentemente dicotômicos.

Referências

Kant, I. *Critique of Pure Reason* (KrV B). Transl. Paul Guyer and Allen Wood. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

Kant, I. *Critique of Practical Reason* (KpV AA 05). Transl. Werner Pluhar. Indianapolis; Cambridge: Hackett, 2002.

Kant, I. *Critique of Judgement* (KU AA 05). Transl. Werner Pluhar with a foreword by Mary Gregor. Indianapolis; Cambridge: Hackett, 1987.

Kant, I. First Introduction to the *Critique of Judgement* (EE UU AA 20). In: *Critique of Judgement* (KU AA 05). Transl. Werner Pluhar with a foreword by Mary Gregor. Indianapolis; Cambridge: Hackett, 1987.

Artigo recebido em 14/01/2016, aprovado em 27/03/2016